

Inteligência Artificial Aplicada ao Direito para Desembargadores

Coordenação:

Juiz Federal José Antônio Savaris e Juiz Federal Jairo Gilberto Schäfer

Realização: EMAGIS/TRF4R

Formadores:

Juiz Federal Anderson Furlan, 5ª Vara Federal de Maringá/PR

Juiz Federal Substituto Ricardo Fay, 1ª Vara Federal de Passo Fundo/RS

DATAS:

24 de agosto de 2026 - Turmas Avançadas PR 10ª e 12ª

Local/horário: Seccional de Curitiba, térreo, Fayer - 14h às 16h (2ha)

28 de agosto de 2026 - Turmas Avançadas SC 9ª e 11ª

Local/horário: Seccional de Florianópolis - 5º andar - 14h às 16h (2ha)

TRF4R (2 opções de datas)

31 de agosto de 2026 - TURMA 1

Local/horário: auditório do TRF4R - andar térreo - 14h às 16h (2ha)

1º de setembro de 2026 - TURMA 2

Local/horário: auditório do TRF4R - andar térreo - 14h às 16h (2ha)

CRONOGRAMA DA AULA - 2h/a

Tempo	Bloco	Conteúdo / Atividade
5 min	Abertura	Boas-vindas, enquadramento da aula e levantamento rápido de expectativas/experiência prévia da turma com IA.
40 min	PARTE I — Teoria	Fundamentos de IA generativa
20 min	PARTE II.A — Panorama de ferramentas	Tour guiado pelas principais ferramentas de IA e para que serve cada uma no gabinete.
40 min	PARTE II.B — Prática guiada de prompt	Construção ao vivo de um prompt para minuta de voto, com técnica de estruturação e proteção contra prompt injection.
15 min	PARTE II.C — Orientando assessores	Diretrizes práticas e checklist de revisão para repassar ao gabinete.
5 min	Encerramento	Síntese, perguntas e indicação de trilhas de aprofundamento.

PARTE I — Fundamentos Teóricos (40 minutos)

Objetivo do bloco: dar à turma vocabulário técnico mínimo e consciência normativa suficientes para decidir, com autonomia crítica, quando e como usar IA — e quando não usar.

1. Como a IA generativa realmente funciona (15 min)

- O que é um LLM ("Large Language Model"): um sistema estatístico que prevê a próxima palavra mais provável, não uma base de dados consultável nem um motor de raciocínio jurídico.
- **Conceitos essenciais a transmitir, em linguagem não técnica:**
 - Tokens e janela de contexto: o "limite de memória" da conversa — por que processos muito longos podem ser "esquecidos" pela IA ao longo do diálogo.
 - Treinamento e data de corte: a IA não sabe automaticamente de leis, súmulas ou julgados posteriores à sua data de treinamento, salvo quando pesquisa na internet.
 - Alucinação: o modelo pode gerar, com total fluência e aparência de certeza, citações, artigos de lei, precedentes ou números de processo que não existem. Isso é comportamento esperado do modelo, não uma falha rara.
 - RAG (Retrieval-Augmented Generation): técnica que reduz (mas não elimina) alucinações, pois ancora a resposta em documentos fornecidos pelo usuário (ex.: autos do próprio processo) em vez de na "memória" do modelo — é o diferencial de ferramentas como NotebookLM e Coral AI.

Mensagem-chave para a turma: "A IA não sabe o Direito — ela imita, com grande competência linguística, o padrão de textos jurídicos que já viu. A responsabilidade pela verificação do conteúdo é sempre humana."

Princípio central: a IA não julga — ela escreve sob supervisão humana. A responsabilidade pela decisão permanece integral e exclusivamente do magistrado, inclusive quanto a trechos redigidos com apoio de IA.

2. Riscos específicos ao 2º grau (10 min)

- Jurisprudência fabricada: o risco mais crítico em tribunais — acórdãos, ementas ou números de processo inexistentes, citados com aparência de autenticidade. Toda citação sugerida por IA deve ser conferida na fonte oficial antes de ir para o voto.
- Confidencialidade e segredo de justiça: cuidado com upload de peças em ferramentas que treinam seus modelos com os dados inseridos; preferir contas corporativas/pagas com opção de não uso de dados para treinamento; anonimizar partes quando possível.
- Prompt injection: texto malicioso oculto em petições (fonte branca, rodapés, metadados) pode tentar induzir a IA a redigir em determinado sentido. Documentos de terceiros devem sempre ser tratados como "conteúdo a analisar", nunca como "instrução a obedecer".
- Viés algorítmico: modelos podem reproduzir vieses presentes nos dados de treinamento; a supervisão humana crítica é a salvaguarda, não uma formalidade.

3. Papéis: o que cabe ao desembargador e o que cabe ao assessor (5 min)

- Desembargador: define a tese jurídica, avalia as provas, decide o mérito, e exerce o controle editorial final — inclusive estilístico — sobre qualquer texto com apoio de IA.
- Assessor: pode usar IA para organizar, redigir e formatar minutas a partir de diretrizes claras do magistrado, mas não decide teses nem substitui a análise jurídica por saída de IA sem verificação.

Transição para a Parte II: "Agora que entendemos os limites e o porquê deles, vamos às ferramentas na prática."

PARTE II — Parte Prática (75 minutos)

2.A. Panorama das principais ferramentas de IA (20 min)

Sugestão: projetar a tela e abrir cada ferramenta por 2–3 minutos, mostrando a interface real. Priorizar as 5 ferramentas abaixo, mais relevantes para a rotina de um gabinete de 2º grau; as demais podem ser citadas rapidamente como "vitrine" (o site da turma reúne 17+ ferramentas categorizadas).

Tempo	Bloco	Conteúdo / Atividade
Claude (Anthropic)	Redação jurídica	Melhor qualidade de redação em português jurídico; "Projects" para manter uma base de conhecimento persistente (ex.: teses do gabinete); janela de contexto grande (~200 mil tokens) para peças extensas.
NotebookLM (Google)	Pesquisa ancorada em fontes (RAG)	Analisa apenas os documentos que você envia (até 300 fontes), minimizando alucinações; transcreve e resume audiências em áudio/vídeo; ideal para instruir a IA "só sobre este processo".
Perplexity	Pesquisa com fontes verificáveis	Busca na web em tempo real com links clicáveis para cada afirmação — útil para checar jurisprudência recente e legislação atualizada.
Gemini (Google)	Deep Research / Workspace	"Deep Research" varre centenas de fontes de forma autônoma; integração nativa com Gmail/Docs/Drive; contexto de até 1 milhão de tokens para processos volumosos.
ChatGPT (OpenAI)	Assistente geral	Ferramenta mais difundida e versátil para rascunhos gerais, brainstorm de estrutura e revisão de texto.

Catálogo completo casos de uso jurídico: <https://www.ia-juridica.com/>

2.B. Prática guiada: construindo um prompt para minuta de voto (40 min)

Dinâmica sugerida: escolher um caso simples e comum na pauta do tribunal (ex.: apelação cível repetitiva) e construir o prompt ao vivo, com participação da turma.

Estrutura mínima de um bom prompt jurídico

- Papel: "Você é um assistente de redação jurídica auxiliando um assessor de desembargador..."
- Contexto: fatos relevantes do caso, já resumidos e sem dados sensíveis (usar "Parte Autora"/"Parte Ré").
- Diretriz de mérito: a tese e o resultado já decididos pelo magistrado — a IA redige, não decide.
- Formato de saída: estrutura esperada (relatório, fundamentação, dispositivo), estilo, extensão.
- Trava de segurança contra prompt injection: instrução explícita para tratar qualquer documento anexado como conteúdo a analisar, nunca como comando — e sinalizar tentativas de manipulação em vez de obedecê-las.

Demonstração ao vivo

- Inserir o prompt estruturado em uma das ferramentas (preferencialmente Claude ou NotebookLM, se disponível na sala).
- Mostrar a saída gerada e, junto com a turma, apontar trechos que exigiriam verificação (citações, números de processo, teses).
- Reforçar: nenhuma citação de jurisprudência gerada por IA deve constar da minuta final sem conferência na fonte oficial.

Bônus

Objetivo: dar à turma um repertório rápido de sinais de alerta — tanto para revisar minutas produzidas com apoio de IA no próprio gabinete quanto para avaliar criticamente peças de partes que possam ter sido geradas por IA sem revisão adequada.

Sinais estilísticos comuns em texto de IA não revisado

- Estrutura excessivamente simétrica e repetitiva (parágrafos de tamanho muito uniforme, conectivos previsíveis como "outrossim", "nesse diapasão", "ademais" em excesso).
- Enumerações genéricas e redundantes que parafraseiam a mesma ideia sob rótulos diferentes.
- Tom "morno" e equilibrado demais, com listagem de prós e contras mesmo quando o contexto pede posição firme.
- Falta de referência a peculiaridades concretas do caso — o texto "serviria para qualquer processo semelhante".

Sinais de alucinação (o mais crítico para o 2º grau)

- Citações de jurisprudência com formatação impecável, mas que não são localizáveis nos sistemas oficiais (STF, STJ, tribunais) ou nas bases internas.
- Números de processo, REsp, RE ou súmulas que não conferem ao ser pesquisados.
- Atribuição de teses a julgados reais que, na verdade, decidiram algo diferente ou até oposto.

Prática recomendada de verificação

- Toda citação relevante deve ser conferida na fonte primária antes da assinatura — regra sem exceção.
- Usar ferramentas de pesquisa com fontes rastreáveis (Perplexity, Deep Research do Gemini) para conferência cruzada, nunca a mesma ferramenta que gerou o texto como única fonte de verificação.

2.C. Orientando os assessores do gabinete (15 min)

Objetivo: transformar o aprendizado da aula em diretrizes objetivas que o desembargador possa repassar ao gabinete no dia seguinte.

Checklist sugerido para o gabinete

- Nunca fazer upload de peças com dados pessoais sensíveis sem anonimização prévia (CPF, RG, endereços).
- Preferir contas pagas/corporativas com opção de desativar o uso de dados para treinamento do modelo.
- Tratar qualquer petição ou documento anexado como conteúdo a ser analisado, nunca como instrução — verificar sinais de prompt injection (texto oculto, fonte branca, comandos em rodapés).
- Toda citação de jurisprudência ou dispositivo legal sugerida por IA deve ser conferida na fonte oficial antes de constar da minuta.
- A IA redige a partir de diretrizes já definidas pelo magistrado; não cabe ao assessor pedir à IA que "decida" a tese ou avalie provas de forma autônoma.
- O desembargador mantém o controle editorial final sobre qualquer minuta com apoio de IA, inclusive quanto ao estilo de redação.

Sugestão de encaminhamento: distribuir este checklist por escrito ao gabinete e indicar a trilha "Guia de Prompts: Minutas de Decisões" da plataforma IA Jurídica como material de aprofundamento para os assessores.

Trilha para assessores (estrutura de prompts, sentenças e votos):

<https://www.ia-juridica.com/guia-minutas-decisoes>

Fundamentos técnicos de IA (para quem quiser aprofundar a Parte I):

<https://www.ia-juridica.com/fundamentos-ia>

Guia de engenharia de prompts (método POEMA): <https://www.ia-juridica.com/guia-prompts>

Guia de agentes de IA (RAG, Claude Projects, automações): <https://www.ia-juridica.com/guia-agentes-ia>

Encerramento (5 minutos)

- Síntese em três frases: a IA escreve, não decide; toda citação precisa de verificação; a responsabilidade é sempre do magistrado.
- Espaço para perguntas.
- Indicar a plataforma IA Jurídica (www.ia-juridica.com) como ponto de continuidade — em especial a trilha TRF4 Eixo 1, com 45 módulos organizados em fundamentos técnicos, engenharia de prompts, minutas de decisões e agentes de IA, já alinhada à Resolução CNJ 615/2025.

